

Élen Drama

"É viável manter atual política de convivência com uma inflação de 20%"

por Vera Saavedra Durão
do Rio



O governo Sarney não tem, hoje, um pensamento econômico, nem uma política econômica antiinflacionária a orientá-lo. O que existe é um processo imposto pelas circunstâncias de convivência competente com uma inflação na casa de 20% ao mês. Qualquer mudança nos rumos atuais da economia só acontecerá a curto prazo se algum fator externo — como alta da taxa de juros nos EUA — ou interno, como o pânico da hiperinflação, representar séria ameaça de ordem financeira ou política ao País.

A avaliação é consensual e foi feita por três economistas bastante conhecidos: Carlos Lessa, Antonio de Barros Castro e Maria da Conceição Tavares. Ontem, durante entrevista para anunciar as comemorações dos 50 anos da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da qual são professores, eles fizeram uma rápida análise das perspectivas da política do "arroz com feijão" dos ministros da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu.

Conceição Tavares considera as duas autoridades "dois técnicos", que não têm "o imenso poder" de um Delfim Netto ou de um Mário Henrique Simonsen, à época em que ocuparam suas pastas. "Mailson e João Batista são homens da máquina. Afinal, já passamos por tudo nos últimos anos, desde os netos do Gudin, o pragmático Delfim, o "beautiful people" progressista de Campinas, aos meninos da PUC, e não deu certo. Se não houver acordo social e coesão de pensamento de mudança com apoio de toda a sociedade, é melhor deixá-los onde estão. Salvo algo exógeno, ou um choque agrícola, ou seca, em princípio essa política de adaptação à inflação pode ser mantida, disse a economista. Do seu ponto de vista, "o nó da economia brasileira é a dívida externa", razão pela qual acha que se não ocorrer uma crise financeira internacional, no próximo ano e meio não acontece nada no Brasil.

Maria da Conceição
Tavares

Barros de Castro acha possível alguma alteração nos rumos da economia a partir de janeiro ou fevereiro. "Antes das eleições, qualquer um que quiser mexer com essa tentativa de sobrevivência às altas taxas de inflação, vira Judas", analisa. O economista prevê que nos próximos três meses a URP, de 21%, será o piso para as remarcações de preços. Ele acha que os ministros da área econômica estão lidando com uma questão imposta pelas circunstâncias. "Seja por razões políticas ou técnicas (esfriar a fervura dos preços), a verdade é que o governo, se quiser, só pode fazer política econômica a partir de janeiro/fevereiro.

Acho que eles não devem perder tal chance, nessa época", comenta Barros de Castro.

Ele não teme a hiperinflação. "Para mim, enquanto houver confiança dos poupadores na correção monetária, a racionalidade econômica não aponta na fuga para os ativos reais (ouro e dólar)", disse o professor da FEA.

Conceição Tavares não tem dúvida de que a atual movimentação do dólar no "black" nada tem a ver com a hiperinflação. "E consequência da conversão informal", disse ela.

Lessa, na sua análise do quadro atual, acha que a única coisa capaz de alterar o diagnóstico feito por Conceição e Castro é a aparição de algo semelhante ao pacto de Moncloa, na Espanha. "Nessas circunstâncias, tal pacto cria condições políticas para enfrentar-se a inflação", afirmou Lessa.